

A ESCOLA EM MOVIMENTO: FEMINILIDADES HOMOSSEXUAIS, IDENTIDADES, PERTENCIMENTO E EXCLUSÃO

CAVALEIRO, M. Cristina. – C. U. Fundação Santo André

GT: Movimentos Sociais e Educação / n.03

Agência Financiadora: Sem Financiamento

“Na escola andávamos de mãos dadas, como as outras [meninas]; mas, quando começamos a ficar mais próximas: sabe como é, a se olhar mais de perto, aí ficou confuso. Sempre tem algumas piadinhas, gente que se afasta. Outras pessoas [não só daqui, amigas e amigos] dizem que tudo bem; isso é uma fase, um jeito que vai passar...”

“- A gente só se olhava: isso foi um tempo. Daí, veio a vontade de ficar abraçada na hora do intervalo, aula vaga. Torço pra que ela saia logo. Mas um dia, a gente quase se beijou [acho que foi quase]. Daí veio o inspetor. Ele não deu dura assim sabe. Ficou olhando meio sem jeito e pediu que a gente tivesse cuidado e que a escola não era lugar pra ficar daquele jeito. Tudo bem [risos]. Já encontramos outro jeito...”

“- Meu medo era que chamassem meus pais. Chamaram a gente [na sala da diretoria] e disseram que era pra conversar e orientar. Tudo bem, mas nem foi uma conversa, assim, pra escutar o que você sente, sabe? Parecia uma ameaça disfarçada de sei lá o quê. Só perguntaram se a gente já havia namorado [ou ficado] com meninos. Depois, já começaram a falar que éramos jovens e bonitas: que era melhor conviver mais abertamente com todos [meninos e meninas]. Nem reagi. É difícil ouvir tudo isso e sair da sala e ver como é para os outros [pares de meninos e meninas]. A gente vê beijo na novela [só selinho, mas vê]. Tanta gente na Parada Gay! Mas aqui, parece outro mundo. E outro dia ainda vieram dar palestras para ensinar respeito; ensinar a aceitar as pessoas. Fala sério!”

O breve texto em epígrafe, escolhido para iniciar este trabalho, apresenta fragmentos de discursos de jovens alunas do ensino médio de uma instituição escolar pública localizada no espaço urbano. Embora sejam produtos de uma elaboração que mistura ficção e realidade, expressam valores, atitudes, comportamentos e imagens, conformados a partir das relações sociais. As vozes recolhidas sintetizam a complexidade de questões que derivam de articulações existentes entre as relações de gênero, sexualidade e gerações. São depoimentos que apresentam similaridades com muitas histórias de jovens mulheres que orientam e expressam sua feminilidade em torno da homossexualidade, presentes em nosso cotidiano, em diferentes espaços ou instâncias de socialização e produção de sociabilidades, tal como o ambiente cultural escolar.

São fragmentos reveladores de uma noção singular de gênero e sexualidade que vem sustentando discussões e materializando um conjunto de práticas e constituição de identidades nas escolas brasileiras. Mesmo pregando uma convivência “plural”, “*mais abertamente com todos [meninos e meninas]*” - também apreendida no plano das intenções das “*palestras para ensinar respeito, ensinar a aceitar as pessoas*” -, acentua-se nas práticas cotidianas do universo escolar, o controle e o zelo peremptórios por um padrão único, “legítimo” e “adequado” de viver as expressões da sexualidade. Afinal, porque mulheres “*jovens e bonitas*”, quando não “*namoram meninos*” precisam ter “*cuidado*”? Porque “*a escola não é lugar pra ficar daquele jeito?*” Ou seja, está explícita a proibição da expressão do desejo de uma jovem pela outra.

Os mesmos fragmentos também revelam uma “certa discrição” no trato com as jovens, por parte das autoridades que interpõem, entre outros, os limites, as regras e sancionam o permitido ou proibido, para o ambiente escolar. A palavra discreta possui muitos significados. Discretas são as pessoas que se preocupam em não molestar os/as demais, aquelas que sabem guardar um segredo. Discretas são os/as que fazem/ sabem algo que não se pode revelar. Discretos também são os espaços delimitados e separados dos demais que favorecem o isolamento.

A perspectiva do presente estudo, é indagar pelas possibilidades que as jovens encontram para expressarem e vivenciarem suas feminilidades homossexuais, ou seja, constituírem suas identidades, afirmarem e ampliarem seus direitos, num contexto cultural e político habitado por discursos de permeabilidade e convivência e, simultaneamente, práticas de simulação, ambigüidade e discriminação como o espaço escolar.

Ao me aproximar de questões que têm sido menos exploradas ou relegadas a um plano residual nas análises e investigações acadêmicas que abordam a condição juvenil e como jovens vivem esta idade da vida, pretendo me ater às expressões e discursos sobre a constituição de identidades sexuais pertinentes ao campo das homossexualidades de mulheres jovens, de modo a apreender, a partir de seus pontos de vista, as experiências e as vivências que produzem e compreender os modos como expressam essas experiências e vivências na atualidade.

O ponto de partida é conceber sexualidade e gênero enquanto dimensões que integram a identidade pessoal de cada indivíduo (HEILBORN, 1999), mas são originadas, afetadas e transformadas pelo modo como os valores sociais, sistematizados em códigos culturais – e cultura é entendida aqui como um campo de produção de significados, de criação, de movimento – que organizam a vida coletiva em um dado momento histórico.

Nesse sentido, também é preciso compreender a identidade como um processo e não como um dado. Para o sociólogo Alberto Melucci, teórico da ação coletiva, a importância do entendimento dos símbolos que codificam as identidades remete à própria complexidade das sociedades contemporâneas, uma vez que em diferentes esferas de nossa vida cotidiana experimentamos uma multiplicidade de papéis sociais. Tais símbolos expressam diferentes regras, valores, linguagens e lógicas numa tensão permanente entre o modo como o sujeito vê a si mesmo e como é visto pelos outros. A identidade supõe, por definição, a própria visão da subjetividade dos sujeitos sobre sua unidade e suas fronteiras simbólicas, sobre sua relativa persistência no tempo e sobre sua existência no mundo, ou seja, no espaço social e cultural. (MELUCCI, 2004)

De acordo com Serres (1995), a identidade pode ser compreendida como uma complexidade, uma formação em permanente redefinição, “numa multiplicidade de experiências e jogos relacionais, dos quais os sujeitos participam e que os posicionam na situação de viver simultaneamente múltiplas pertinências”. (SERRES, 1995:171)

Assim, a construção de identidades, concebida como um processo histórico, social e politicamente negociado, remete à premissa básica de sua produção e reprodução no interior das relações de gênero da sociedade contemporânea, estruturando posições sociais ocupadas por homens e mulheres de forma desigual e hierárquica, isto é, marcada pela dominação.

Pressupõe também, certa reflexividade, isto é, a capacidade de desprender-se da experiência imediata e de converter-se em objeto para si mesmo. Assim, o que sentem essas jovens quando se perguntam: Quem sou eu? Quem quero ser?

A SEXUALIDADE VISIBILIZADA PELOS MOVIMENTOS SOCIAIS: PRODUÇÃO DE FATOS DA DIVERSIDADE

É indiscutível a visibilidade adquirida pelo movimento homossexual brasileiro em suas múltiplas tendências e modalidades, especialmente quando miramos os ritmos que ele apresentou ao final dos anos de 1990 e nos anos subsequentes, quando podemos verificar sua inequívoca presença na arena pública.

Na segmentação dos nichos da indústria de bens de consumo vêm se constituindo o “turismo gay” e o ramo promissor dos “negócios do arco-íris”, disputando parte de vultosas cifras. Em 2005, os negócios realizados e os serviços colocados à disposição dos sujeitos que participaram da “festa”, renderam uma quantia da ordem de aproximadamente 100 milhões de reais ¹.

O aparecimento público de homossexuais masculinos e femininos, bissexuais e transgêneros, em um coletivo que agrega em seu interior uma luta política multifacetada, produz e transmite imagens que oportunizam aprendizagens, pois operam nos campos da ludicidade, opiniões e estilos que - presentes nas apresentações das drag queens, nos casais de mulheres se beijando, homens abraçados se acariciando, etc. -, anunciam novas configurações de núcleos societários em função da multiplicidade de oportunidades de convívio, na diversidade e troca de experiências, incentivando a produção de polêmicas acerca dos valores, sentimentos, intenções, frente a uma pluralidade de possibilidades de ser, pensar, sentir e agir, e, dentre estas, a do desejo e o amor entre iguais.

Desde meados dos anos de 1990, esse movimento ainda segue marcado pela intensa presença de reivindicações por proteção legal, pelo direito à diversidade social e à não discriminação, englobando e compreendendo muitos fenômenos novos, sem perder do horizonte de lutas os antigos objetivos e a prioridade de transformação coletiva junto à necessidade de transformações individuais.

Assim, se o aprendizado da diversidade inclui a experimentação das mais variadas possibilidades, evocando a expressão de múltiplas identidades que se definem a partir da sexualidade, reivindicando seu direito a autodefinição, e o reconhecimento social, jurídico e

¹Esse valor de rendimentos auferidos no âmbito do evento para o ano de 2005, consta de nota na seção Turismo, da revista *Veja*, dizendo que “no fim desse arco-íris - o símbolo da comunidade homossexual - existe mesmo um pote de ouro”. (Veja, 2005, p. 35).

político, as práticas e os discursos “homofóbicos” também se fazem presentes em reportagens e artigos e, aos poucos, vão ganhando maior visibilidade como a outra face da moeda.

O termo homofobia apareceu na década de 1970 do século XX, nos estudos de George Weinberg, nos Estados Unidos, para definir um medo irracional à homossexualidade. O homófobo tem tanto medo de homossexual que ataca para se defender. Isto não significa dizer que a prática de violência contra os sujeitos tenha sido inaugurada nesse tempo.

Paradoxo do tempo em que vivemos: a televisão expõe gays e lésbicas em horário “nobre”, e as pesquisas de opinião pública realizadas por institutos variados dedicam atenção especial às análises da homofobia em suas discussões. Os alertas sobressaem em diferentes denúncias.²

Em artigo publicado no início de 2005, João Silvério Trevisan, no diário “O Estado de São Paulo”, escreve: “No final do ano passado [2004] encontrei no Orkut ao menos uma comunidade brasileira montada para discutir maneiras de matar homossexuais”.³

Informações que circulam nos meios escolares indicam a preocupação frente às inúmeras “fórmulas” das receitas homofóbicas: desde piadas, até a agressão física, passando também pela rejeição, ridicularização e constrangimento. Para mais detalhes, basta consultar o periódico *Revista EDUCAÇÃO*, publicado em agosto de 2004, no artigo que se abre com o título “O inferno são os outros”, relatando que “na escola, os homossexuais são alvo de agressões e piadinhas homofóbicas, por vezes, ignoradas pelos professores”.

Inúmeras são as situações de comportamentos homofóbicos relatadas em pesquisas, sugerindo a análise de um padrão de masculinidade regido por estereótipos e pelo medo ao estranho, “ao outro, que não pode ser confundido comigo” (CASTRO & ABRAMOVAY, 2003:25). Este mesmo estudo também constata que os casos declarados de “opção pelo lesbianismo são menos comuns” (CASTRO & ABRAMOVAY, 2003:28), o que poderia

² A esse respeito ver: *Causa mortis: homofobia. Violação dos direitos humanos e assassinato de homossexuais no Brasil - 2000*, publicado em 2001, e *Matei porque odeio gay*, publicado ano de 2003, dentre os diversos estudos realizados por Luis Mott e Marcelo Cerqueira.

³ Jornal *O Estado de São Paulo*, Caderno Especial, p.6, em 21/02/2005. Vale dizer que “Orkut” é um sítio da rede web - bastante difundido entre jovens - que mantém em comunicação virtual vários grupos.

indicar maior censura e autocensura em relação às expressões da homossexualidade entre as jovens.

A pesquisa “Política, Direitos, Violência e Homossexualidade”, desenvolvida por Carrara e Ramos (2005) entre os participantes da Parada do Orgulho GLBT do Rio de Janeiro, em 2004, revelou que a escola é o terceiro ambiente cultural citado como o território no qual os homossexuais mais sofrem discriminações. O espaço social mais citado refere-se ao círculo de amigos e vizinhos; em segundo lugar foi apontado o núcleo familiar. A alta incidência de experiências de discriminações e de violências motivadas pelas expressões das homossexualidades, de acordo com a análise dos pesquisadores, atesta o fato de que a homofobia se reproduz de múltiplas formas – algumas mais sutis outras mais abertas ou violentas e em proporções cada vez mais significativas em nossa sociedade ⁴.

Tratando-se de espaços onde a presença de gays, lésbicas, bissexuais e transgêneros é mais frequentemente assumida, os círculos mais íntimos são por excelência o contexto social em que as discriminações são mais experimentadas. Uma das hipóteses aventadas para compreender essa aparente inversão, ou seja, mais discriminação em círculos mais próximos e relativamente menos discriminação nos mais distantes, é a de que, em situações de intimidade, certos comportamentos e atitudes, mesmo que sutis, têm mais chance de serem percebidos, por suas vítimas, como preconceituosas ou discriminatórias. O que reforça o paradoxo, pois, caso essa hipótese esteja correta, “a incidência de discriminação nos círculos mais distantes - emprego, lazer, saúde - não seria necessariamente menor, apenas mais difícil de ser percebida”.(CARRARA & RAMOS, 2005: 76)

As violências e as discriminações que se entrelaçam à construção da sexualidade ocupam destaque em pesquisas mais recentes que investigam o espaço escolar. O documento “Marcas de Gênero na Escola”, revela que, ao contrário das atitudes discriminatórias relacionadas a racismo e sexismo, as discriminações contra homossexuais

⁵ De acordo com os pesquisadores, além do não-reconhecimento e do silêncio, a marginalização de gays, lésbicas e transgêneros no Brasil reveste-se de formas mais concretas e cruéis. Esses dados mais recentes confirmam aqueles também discutidos por Luis Mott, e desenham o perfil de uma população que, no campo das expressões de homossexualidades, em sua grande maioria, “revela já ter experimentado discriminações e agressões diversas, exclusivamente por manifestar uma orientação sexual diferente da que é socialmente dominante” (CARRARA & RAMOS, 2005:101)

são mais abertamente assumidas, em particular por jovens alunos, sendo também de alguma forma valorizadas por estes.

“Juventude e Sexualidades”, divulgado em 2004, é outro estudo realizado na investigação do espaço escolar e abrangendo distintas dimensões da vida sexual dos jovens, tais como: iniciação, relações afetivo-sexuais como o “ficar” e o namorar, tipos de violência como assédio, estupro, entre outros. Novamente são enfatizados os casos que confirmam a prática de homofobia, na postura de discriminação violenta aos homossexuais. Em seis capitais, incluindo São Paulo, mais de 40% dos rapazes disseram que não gostariam de ter colegas homossexuais e, boa parte destes jovens declara, além do preconceito, certa altivez ao agirem com hostilidade e violência quando se trata do campo das homossexualidades. A pesquisa indica que, embora também presente entre jovens mulheres, a proporção do preconceito cai quase pela metade, oscilando em percentuais na média entre 22,6% a 30%.⁵

Vivemos, na contemporaneidade, um reconhecimento crescente dos *fatos* da diversidade social e sexual, tanto no universo privado como na arena pública. Até o momento, porém, esse reconhecimento tem nos mantido na inquietude, uma vez que “bem pouco tem se transformado numa aceitação da diversidade e do pluralismo moral”. (WEEKS, 1999: 81).

Essas questões nos remetem ao campo dos significados sociais e culturais da sexualidade na contemporaneidade e que, portanto, ensejam investigações de forma a produzir conhecimentos mais aprofundados acerca dos modos como os jovens – homens e mulheres -, na vivência da condição juvenil, modulam suas trajetórias de vida e a vivência da identidade sexual na escola.

De acordo com Heilborn (1996), mudanças observadas na sociedade brasileira nas últimas três décadas, associadas a uma acelerada modernização dos costumes, assinalam o aparecimento de novos códigos e imagens relativos à sexualidade e à homossexualidade, e,

⁵ A pesquisa “Juventudes e Sexualidades” foi realizada com jovens, pais e professores, em escolas de 13 capitais e no Distrito Federal, sob coordenação geral da UNESCO, em parceria com outras instituições, e procurou abranger distintas dimensões da vida sexual dos jovens. Em declaração à imprensa, uma das coordenadoras da pesquisa, Mary Garcia Castro (2004), comentava que “ninguém costuma se apresentar como racista ou sexista, *mas ser contra homossexual é algo que parte dos jovens demonstra com orgulho*”. (grifos meus)

afirmam ainda, a coexistência de formas não lineares, de homens e mulheres, adultos, lidarem com a identidade homossexual, nas relações estabelecidas em diferentes espaços societários – tais como família, trabalho, etc.

Nesse sentido, as gerações mais novas podem encontrar suportes e problemas diferentes das gerações anteriores para constituírem suas experiências no que diz respeito à expressão da orientação do seu desejo e à constituição das identidades sexuais pertinentes ao campo das homossexualidades. Porém, no espaço escolar as expressões das feminilidades ou masculinidades homossexuais são vistas como uma fase, uma transição, reflexo de uma turbulência ou crise, tal como a geração adulta costumeiramente concebe a juventude, ou seja, com uma espécie de “terra de ninguém”. (FABBRINI & MELUCCI, 1992).

NA ESCOLA: A (CON) FUSÃO ENTRE GÊNERO, IDENTIDADES E COMPORTAMENTO SEXUAL

Conceber a escola como uma instituição cultural, atravessada por conflitos e tensões, onde os indivíduos agem em meio a práticas conflitivas nas relações de poder, que rejeita, produz e compartilha significados (MOREIRA & CANDAU, 2003), implica reconhecer um movimento que busca instituir novas práticas e superar aquelas tradicionalmente instituídas. Implica, portanto, compreender que a escola não é apenas um efeito, somente reprodução; no seu interior pode-se perceber embates entre discursos que não se pode desconsiderar, como aqueles que afirmam o direito da escola para todos, a educação para a igualdade, aquele que se recusa a aceitar os diferentes e as diferenças que há no interior desse coletivo, e aquelas práticas discursivas que trazem adolescentes e jovens sobre as possibilidades de haver amor, desejo, paixão e cumplicidade entre sujeitos do mesmo sexo.

Também derivadas da (con) fusão entre gênero, identidade e comportamento sexual as representações e práticas presentes no cotidiano escolar refletem uma imagem de amálgama que, como diz Jeffrey Weeks (1986), terminam por indicar que a pessoa com quem fazemos sexo, “importa”, e, muito, para que nossas práticas – as imaginadas e as reais – tornem-se sinônimas de nossa identidade e nosso gênero.

Neste texto, os fragmentos de discursos das jovens são reveladores da noção de gênero e sexualidade que acentuam no universo escolar, o controle e o zelo peremptórios por um padrão único, “legítimo” e “adequado” de viver as expressões da sexualidade.

Em geral, é difundida na escola a idéia de que a sexualidade faz parte da essência das pessoas, que é algo que trazemos embutido e deriva ou “aflora” de um impulso vital, presente em toda a humanidade, que vai brotando do íntimo e do profundamente subjetivo de cada pessoa. Tais idéias ignoram o fato de que diferentes sociedades concebem a atividade sexual e a sexualidade de maneira muito variada, e reduzem a sexualidade ao corpo biológico.

O corpo biológico, é o local da sexualidade pois estabelece os limites daquilo que é sexualmente possível. Mas, conforme lembra Jeffrey Weeks, o órgão mais importante nos seres humanos é aquele que está entre as orelhas⁶. Portanto, algo mais do que simplesmente o corpo, a sexualidade não nasce com as pessoas, é uma atividade social, um constructo histórico e cultural. Embora condicionem e limitem o que é possível, a fisiologia e a morfologia do corpo proporcionam as condições prévias para a sexualidade humana, mas não governam as formas de vida sexual, pois as potencialidades se transformam e adquirem significado somente nas relações sociais.

Assim, se encontramos na psicologia e na psicanálise, argumentos que dizem existir uma organização psíquica de nossos desejos e preferências sexuais, também é verdade que a maneira como seremos capazes de reconhecer e exprimir tais preferências depende de um conjunto de situações sociais que enquadram as maneiras pelas as relações de gênero se apresentam. (HEILBORN, 1999)

Se uma das primeiras formas de classificação no mundo social diz respeito ao sexo das pessoas, também com a intenção de distinguir os diferentes níveis de realidade desses fenômenos, surgiu o conceito de gênero, elaborado pelas ciências sociais e referindo-se à construção social do sexo anatômico.

Distingue-se, novamente, a dimensão biológica da social, baseando-se no raciocínio de que há machos e fêmeas na espécie humana, mas a maneira de ser homem e ser mulher é

⁶ Jeffrey Weeks (2000), utiliza essa idéia expressa originalmente pela antropóloga Carol Vance, na passagem de seu texto “O corpo e a sexualidade”, discutindo o que faz da relação entre, de um lado o corpo, “uma coleção de órgãos, sentimentos, necessidades, impulsos e possibilidades biológicas e de outro, os desejos, comportamentos, e identidades sexuais, tópicos bastante significativos na cultura em que vivemos e moral e politicamente carregados”.(WEEKS, 2000: 38)

realizada pela cultura. Ao se operar com o conceito de gênero pode-se compreender que homens e mulheres são produtos da realidade social e não apenas da natural, e o que se designa por masculino e feminino variam enormemente. Mas, sobretudo, que há modos ditos legítimos de ser homem e mulher, criando hierarquias entre essas modalidades diferentes de ser. Ainda que seja um paradoxo, pois na medida que a idéia do ser humano como construção social, cultural e histórica é uma lógica que cada vez mais se amplia no ideário pedagógico, não consegue ainda encobrir que, até muito recentemente, o tema das relações de gênero tem sido pouco explorado pelos estudos sobre educação e sobre a escola (VIANNA et alii, 1996; VIANNA & RIDENTI, 1998).

O interesse pelas questões relativas ao gênero intensifica-se com as lutas decorrentes da instituição do movimento feminista e a sua busca por realizar um exame crítico e tomar posição frente às dissemetrias sociais, baseadas na diferenciação sexual em diferentes espaços societários (SCOTT, 1995), assim como o da educação escolar.

Realizando uma abordagem descritiva do gênero, Scott (1995) explicita o seu caráter relacional, rejeitando a noção de gênero como esferas separadas, segundo a qual a experiência de um sexo tem muito pouco a ver com a experiência do outro. Há um entendimento do gênero como categoria analítica que estabelece e reflete significados organizadores da vida social. De acordo com essa abordagem, pode-se inferir o reconhecimento de conexões entre o sexo e os chamados “papéis sexuais”, por um lado e, por outro, que não há como supor entre eles uma relação direta, dado que o gênero enfatiza o conjunto de relações sociais, que incluem o sexo, mas que não são diretamente determinadas por este. Gênero é tomado, portanto, como um indicador das construções sociais, no que diz respeito às funções e atributos considerados próprios de homens e de mulheres, e ainda, como uma maneira de se referir às origens sociais das identidades subjetivas de homens e de mulheres (SCOTT, 1995). Assim, é ao longo da vida, através das mais diversas instituições e práticas sociais, que nos constituímos como homens e mulheres, num processo que não é linear, progressivo ou harmônico, tão pouco unívoco e que também nunca está finalizado.

Vianna (2003), ao problematizar o papel de educadoras e educadores na garantia de uma qualidade de ensino, partindo da ótica das relações de gênero, ressalta que a educação tem entre suas funções, a transmissão de modelos culturais, valores e concepções,

determinando padrões de conduta, modelos de pensamento. Desta forma, o gênero está presente cotidianamente nas relações sociais, ainda que obscuramente, e sua consideração nas análises permite apreender as desigualdades observadas entre jovens - homens e mulheres - na sociedade e na escola, uma vez que estas não se explicam tendo por base apenas as características biológicas e, portanto, naturais. São constructos de processos históricos que configuram determinados padrões de relações de gênero.

Assim, tanto as identidades masculinas e femininas são construídas e constituídas sempre em relação uma com a outra - não existe uma “essência masculina” ou uma “essência feminina” -, quanto as identidades sexuais estão relacionadas com a maneira segundo a qual a sexualidade de cada pessoa é vivida.

É possível compreender porque a expectativa em torno da sexualidade dos jovens é amplamente aceitável em nosso país, e ao mesmo tempo, a idéia de identidades homossexuais é rechaçada, pois, subjacente a essa idéia percorre uma visão essencialista que concebe a sexualidade da (o) adolescente e da (o) jovem como natural e a-histórica, assente no poder dos hormônios, da impulsividade sexual, naturalizando o desejo (PAIVA, 1996), e, aqui acrescento, validando a norma heterossexista e reafirmando os conceitos unívocos expressos para as masculinidades e feminilidades, unindo gênero e sexo como se fossem sinônimos.

Na escola, o gênero, ao invés de compreendido enquanto condição social pela qual somos identificados/as como homem ou mulher, reveste-se apenas de penalizantes insistências de que formas de masculinidades e feminilidades devem ser estabelecidas como rigidamente opostas, e as identidades - a sexualidade e as práticas sexuais que também as conformam, dentre estas o homoerotismo e as sexualidades não normativas-, parecem “a priori” um assunto privado e de pouca importância, que compõem a intimidade e que estão distantes das políticas públicas (WEEKS, 1986).

Nesse jogo, nosso olhar buscará percorrer demarcações fronteiriças e limites, incluindo as mais variadas disputas nas práticas concretas e simbólicas para a construção de identidades no espaço-tempo da escola. Quais as escutas, sentidos e significados que atribuem essas jovens frente às muitas possibilidades de ser mulher? Como se posicionam, neste feixe de possíveis que é tributário de condições objetivas e subjetivas, inclusive da forma como “elas” vivem sua sexualidade?

AS IDENTIDADES QUE TEIMAM EM EXISTIR

O delineamento desse campo de disputas na demarcação de fronteiras, separações e distinções, múltiplas tensões, na medida em que a norma heterossexual é tomada como um dado para o modo como pensam os indivíduos, como “parte do ar que respiramos”. (WEEKS, 1999), permite agregar outro campo da teoria social discutindo a identidade em termos culturais, compreendendo que estas são constituídas a partir de diferentes formas como os grupos sociais se reconhecem entre si (HALL, 2000; WOODWARD, 2000; SILVA, 2000; WEEKS, 1999).

Neste sentido, as identidades não são simplesmente definidas, elas são impostas e não convivem harmoniosamente, lado a lado, mas em um campo com hierarquias. Elas são disputadas, em meio às relações de poder e, numa disputa mais ampla, pela produção de recursos simbólicos e materiais que serão dominantes na sociedade (SILVA, 2000).

Subjacente a essa idéia pode-se inferir que as identidades não são auto-suficientes, simplesmente doadas, ou aquilo que se é, mas também aquilo que não se é. Assim, “a identidade depende da diferença, a diferença depende da identidade” (SILVA, 2000).

Trata-se de processos inseparáveis, mediante os quais os grupos sociais não disputam lealdades ou filiações apenas por conta de assimetrias na correlação de forças sociais. O que se coloca em disputa é o poder de definir e de garantir o acesso privilegiado aos bens sociais. A identidade em seu duplo é mediada pela diferenciação, processo que implica sempre “nas operações de incluir e de excluir:” ao dizer ‘o que somos’, também dizemos o que ‘não somos’ “(SILVA, 2000:81). Para o campo das sexualidades e das confirmações das identidades sexuais, estas idéias permitem problematizar os binarismos, tais como homem-mulher, feminino-masculino, heterossexual-homossexual etc.

A idéia de termos uma identidade sexual reveste-se de ambigüidade, porém, “é um conceito bastante fundamental, oferecendo um sentimento de unidade pessoal, de localização social e, até mesmo, de comprometimento político” (WEEKS, 1999:70). As concepções identitárias, portanto, não se constroem no vazio social, mas de acordo, ou em resposta, às representações dominantes que, ao fixarem uma identidade como norma, conferem-se o poder de hierarquizar, de eleger num arbitrário cultural, uma identidade específica como parâmetros em relação aos quais as outras identidades serão avaliadas e classificadas, e incluídas em ordem de posições.

Como nos afirma Weeks (1999) não são muitas as pessoas de quem podemos ouvir as afirmações: “sou heterossexual”. Esta é a norma, o pressuposto. Contudo, dizer “eu sou gay” ou “eu sou lésbica”, é uma identidade sexual que serve de apoio e oferece um sentido para assumir uma posição específica em relação aos códigos sociais dominantes, portanto, no interior das relações de gênero, e que se realiza por meio de um processo denominado de “identidade como escolha”, o que implica em concebê-la no contexto de uma identidade pessoal estigmatizada, onde “sentimentos e desejos são uma coisa, enquanto que a aceitação de uma posição social particular e um organizado senso de si - isto é, uma identidade - é outra”. (WEEKS, 1999:72).

Essa simultaneidade de conflitos e contradições do processo de constituição das identidades oferece inúmeros caminhos para problematizar não apenas as dolorosas histórias de sujeição que surgem quando jovens lésbicas falam, mas para compreender as “estórias de desejo e de amizade que teimam em existir, apesar das condições hostis” (BRITZMAN, 1996)

No caminho de uma sociedade na qual as diferenças constituem um valor, é necessário desconstruir todas as formas de opressão e lutar contra a homogeneização proposta pelos modelos dominantes que suprimem das novas gerações o direito de afirmar identidades fora do que se deriva da norma heterossexual. Um processo educativo para o convívio e o respeito às diferenças sem que estas sejam cristalizadas em desigualdades.

Implica reconhecer que a escola é um dos lugares que tem se apresentado com bastante veemência para cumprir seu papel de normalizadora e disciplinadora da heterossexualidade e de rígidos padrões que definem gêneros em oposição. Porém, se para essas questões transbordam as formas de controle e zelo, há então sinais de intensidade provocados pelo próprio aparecimento. Sinais também importantes para a produção e reprodução de identidades – individuais e coletivas. São processos ativos por parte dos sujeitos que lutam para adquirir os meios para representar-se a si mesmo e aos demais. Paradoxos?

Como nos diz Britzman (1996), esse estranho paradoxo - identidades emergentes se tornando mais visíveis, mas também menos compreendidas - precisa ser explorado.

REFERÊNCIAS

- BRITZMAN, Débora P. O que é esta coisa chamada amor- identidade homossexual, educação e currículo. **Educação e Realidade**, 21 (1) : 71-96, jan/jun, P. Alegre: 1996
- CARRARA, Sérgio, RAMOS, Sílvia. **Política, direitos, violência e homossexualidade**. Pesquisa 9ª Parada do Orgulho GLBT – Rio 2004, Rio de Janeiro: CEPESC, 2005.
- CASTRO, Mary Garcia, ABRAMOVAY, Miriam. **Marcas de gênero na escola. Sexualidade e violências/discriminações**. Representações de Alunos e Professores. Disponível em <http://observatorio.ucb.unesco.org.br/publicacoes>. Acesso em 12/01/2005.
- FABBRINI, Anna, MELUCCI, Alberto. **L'età dell'oro: adolescenti tra sogno ed esperienza**. Milano: Feltrinelli, 1992.
- HALL, Stuart. *A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções de nosso tempo*. **Educação & Realidade**, Porto Alegre: v.22, n.2, p.15-46, 1997.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.
- HEILBORN, Maria Luiza. Construção de si, gênero e sexualidade. IN: HEILBORN, M.L. (org). **Sexualidade: o olhar das ciências sociais**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.
- HEILBORN, Maria Luiza. *Ser ou estar homossexual: dilemas de construção de identidade social*. In: PARKER, Richard e BARBOSA, Regina M. (orgs) **Sexualidades brasileiras**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1996. p-136-148.
- LOURO, Guacira L. (org). **O corpo educado. Pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.
- MEYER, Dagmar E. *Gênero e educação: teoria e política*. In: LOURO, Guacira L.,.
- MELUCCI, Alberto. **O jogo do eu**. São Leopoldo, RS: Unisinos, 2004.
- MOREIRA, Antonio F., CANDAU, Vera M. *Educação escolar e cultura (s): construindo caminhos*. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo: maio/jun/jul/ago, n.23, 2003.

MOTT Luis; CERQUEIRA, Marcelo. **Causa mortis: homofobia. Violação dos direitos humanos e assassinato de homossexuais no Brasil 2000**. Salvador: Grupo Gay da Bahia, 2001.

MOTT, Luis; CERQUEIRA, Marcelo. **Matei porque odeio gay**, Salvador: Grupo Gay da Bahia, 2003.

PAIVA, Vera. *Sexualidades adolescentes: escolaridade, gênero e o sujeito sexual*. In: PARKER, R., BARBOSA, R. M. (orgs.). **Sexualidades Brasileiras**. Rio de Janeiro: Relume Dumará/ ABIA/ IMS/UERJ, 1996. p.213-234.

SANTOS, Boaventura S. **Um discurso sobre as ciências**. Porto: Edições Afrontamento, 1998.

SCOTT, Joan W. *Gênero uma categoria útil de análise histórica*. **Educação & Realidade**. Porto Alegre: v.20, n.2, p-71-99, jul/dez, 1999.

SERRES, Michel. *Pertinência e identidade*. In: LÈVY, Pierre, AUTHIER, Michel (orgs.). **As árvores de conhecimento**. São Paulo: Escuta, 1995.

SILVA, Tomaz T. *A produção social da identidade e da diferença*. In: SILVA, Tomaz T.(org). **Identidade e diferença. A perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2000.

TREVISAN, João Silvério. *Homofobia é bomba na sala de visita*. Caderno especial, **Jornal O Estado de São Paulo**, São Paulo: 27 de fevereiro de 2005, p.6.

VIANNA, Cláudia P., LIMA, Miriam M., RIDENTI, Sandra, PEGORARO, Thereza C. **Uso analítico do gênero: tentativas de compreensão de alguns estudos contemporâneos**. 1996. mimeo.

VIANNA, Cláudia P., RIDENTI, Sandra. *Relações de gênero na escola: das diferenças ao preconceito*. In: AQUINO, J.Grouppa. **Diferenças e preconceitos na escola: alternativas teóricas e práticas**. São Paulo: Summus, p.93-106, 1998.

VIANNA, Cláudia P. *Educação e gênero: parceria necessária para a qualidade de ensino*. **Gênero e educação: caderno de apoio para a educadora e o educador**. São Paulo: SME, p.45-53, 2003

WEEKS, Jeffrey. *O Corpo e a Sexualidade*. In: LOURO, Guacira L.(org), **O Corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

WEEKS, Jeffrey. *Sexuality*. New York: Routledge, 1986.

WOODWARD, Kathryn. *Identidade e diferença: uma introdução cultural*. In: SILVA, Tomaz Tadeu (org). **Identidade e diferença. A perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, p. 7-72, 2000.

OUTROS:

<http://tribuna.inf.br/anteriores/2004/março/09/noticias.asp?> *Jovens brasileiros têm preconceito contra homossexuais*. (entrevista com a pesquisadora Mary Garcia Castro). Acesso em 24/03/2005.

Revista EDUCAÇÃO. *O inferno são os outros*. São Paulo, ano 8, no.88, p.40-4, agosto de 2004.

Revista VEJA. *O negócio do arco-íris*. São Paulo, p. 35, 25 maio de 2005.